

Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado
Ensino Fundamental

CADERNO DE SUBSÍDIOS PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

URAI-PR

OUTUBRO/2012

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO.....	3
1. PORQUE/PARA QUE UM CADERNO DE SUBSÍDIOS PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO.....	4
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA.....	4
2.1 APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO OU DESEMPENHO ESCOLAR.....	7
2.2 VIOLÊNCIA/DROGADIÇÃO.....	14
2.3 ABANDONO.....	17
2.4 EVASÃO ESCOLAR.....	19
3. SERVIÇOS DE APOIO COMPLEMENTAR ESPECIALIZADO.....	20
3.1 Sala de Recursos Multifuncional Tipo I.....	20
3.2 Sareh.....	21
3.3 Sala de Apoio Pedagógico.....	22
4. Avaliação.....	24
4.1. Avaliação em larga escala no Brasil.....	24
4.1.2. Avaliação Nacional da Educação Básica – ENEM.....	25
4.1.3. Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).....	26
4.1.4. O SAEP.....	27
4.1.5. Avaliação dos Docentes, dos Alunos e da Comunidade.....	28
5. DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	28
5.1 METAS MEC/2011 (RESULTADOS BRASIL).....	35
6. ESCALA DE PROFICIÊNCIA	37
PLANO DE AÇÃO DO CADERNO DE SUBSÍDIOS PEDAGÓGICO.....	39
7.REFERÊNCIAS.....	47

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NRE DE CORNÉLIO PROCÓPIO

1. IDENTIFICAÇÃO

Estabelecimento:

Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado – Ensino Fundamental

Endereço: Alameda Jean Fumière, nº 135 – Centro – Uraí – Paraná

CEP: 86280-000

Código: 00274

Porte: 4

Email: eppmm135@gmail.com – urimozart@seed.pr.gov.br

Município: Uraí

Código: 2860

Dependência Administrativa: Estadual

Código: 02

NRE: Cornélio Procópio

Código: 08

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná

Ato de Autorização da Escola: Resolução Nº 2251/80 de 05/11/80

Ato de Reconhecimento de Curso: Resolução Nº 2851/81 de 30/11/81

Renovação do Reconhecimento do curso Nº 0385/06 de DOE 08/03/2006

Parecer do NRE de Aprovação do Regimento Escolar: Nº 74/2000 de 07/12/2000 –
Alteração Parecer 72/2005 de 13/06/2005.

Adendo Regimental de Alteração e Acréscimo: Ato Administrativo nº 197/2011, parecer
165/2011

Atos Legais das Instâncias Colegiadas:

APMF

Grêmio Estudantil

Conselho Escolar – Ato Administrativo nº

Tipo de escola: Escola Urbana

Distância Escola do NRE: 27 KM.

1. PORQUE/PARA QUE UM CADERNO DE SUBSÍDIOS PARA ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Desde 2011 A SEED, baseada nas Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica vem realizando reflexões e discussões sobre os processos avaliativos e análise dos resultados das avaliações externas disponibilizados como o SAEB, o Índice de Proficiência e a leitura e análise dos Descritores da Prova Brasil, buscando levar os profissionais à compreensão e importância dos instrumentos da avaliação, a necessidade e a importância de estar analisando os resultados da escola e procurando dar ciência e envolver a comunidade.

A construção do caderno de subsídios pelas escolas possibilita a análise e a reflexão a respeito dos dados e informações alcançados pela através dos resultados da Prova Brasil, taxas de rendimento, taxas de distorção idade/série e o material de apoio pedagógico, visando intervenções no processo de ensino e aprendizagem.

O Caderno de Subsídio possibilitará a leitura e análise dos dados, contribuindo para a diminuição das dificuldades da escola e auxiliando na proposição de ações que levem à melhoria do processo educativo.

O trabalho com o caderno será realizado com a participação de todo o coletivo da escola, realizando uma análise sobre a sua realidade e suas necessidades e a partir desta será possível apontar os caminhos para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, propondo ações que possibilitem a melhoria da educação pública.

Com a construção do Caderno de Subsídios todos poderão conhecer as informações da escola de acordo com a realidade na qual se insere, podendo comparar os resultados oficiais, analisando se estão em concordância com o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

Tem o objetivo de fornecer aos pedagogos, subsídios para seu trabalho com a comunidade escolar, tendo com isso maior participação desta: discutindo – analisando – propondo – construindo juntos, servindo de referência para os profissionais da educação, na leitura, reflexão e discussão dos resultados por toda a comunidade escolar, respeitando as especificidades de cada escola pública, percebendo as necessidades práticas para a melhoria da educação.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA

São muitos os desafios pelos quais a educação passa hoje e o quadro educacional do Brasil ainda é bastante insatisfatório. A sociedade brasileira enfrenta problemas sócio-econômicos, políticos e culturais que refletem diretamente na população fazendo com que haja extrema concentração de renda, altos níveis de pobreza, desemprego, analfabetismo, desestruturação das famílias etc.

Os problemas sociais decorrentes da má distribuição de renda tem funcionado como um entrave para que a população brasileira possa fazer valer os seus direitos e interesses fundamentais, como o direito à educação.

Após vários estudos e reflexões ao longo dos anos foi possível constatar que na educação é necessário considerar aspectos sociais, políticos, culturais, antropológicos e psicológicos visando a formação do aluno levando o processo de escolarização a colaborar para uma atuação autônoma, do aluno na construção de uma sociedade democrática.

Os problemas educacionais tem sido motivo de discussão em várias instâncias (universidades, secretarias de educação, escolas, instituições de estudos e pesquisas, organizações não governamentais, associações, sindicatos, mídia, educadores...) apontando novas perspectivas para a educação, a reconhecendo como instrumento proeminente da promoção dos valores humanos universais, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural.

No Paraná, o sistema de ensino pode ser qualificado como um sistema maduro, do ponto de vista do atendimento que proporciona aos estudantes.

De acordo com o IBGE - 2008 a taxa de atendimento escolar para a população de 7 a 14 anos já alcançava 97,9%. Esta taxa diz respeito à proporção das crianças e jovens que, em cada grupo de idade, frequentam a escola, independentemente do nível de ensino e da série em que estão matriculados.

É de responsabilidade das autoridades educacionais e das escolas trabalhar para superar as condições adversas que os alunos possam trazer para a escola.

O censo de 2000 registrava uma taxa de analfabetismo de 8,6% e o Paraná tinha 81,4% da sua população vivendo no meio urbano, configurando uma nova realidade para o Estado. As áreas agrícolas se esvaziam e a população se concentra nas cidades acarretando problemas sociais e um dos fatores responsáveis pelo bom desempenho do aluno, é a sua condição de vida, das características da família e do ambiente de onde provém. Cabe a escola tentar reduzir as desigualdades se esforçando na formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado- Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º anos) atende a uma comunidade fixa, cujas famílias residem na zona urbana e zona rural provenientes, em sua maioria, de uma classe social média baixa. A maioria dos pais não possui a escolaridade básica e são trabalhadores que recebem renda mínima. As profissões mais comuns são as de empregados informais como trabalhador rural, diaristas, empregadas domésticas entre outros. Entre os trabalhadores rurais frequentemente ocorrem as migrações sazonais que resultam em transferências e nova matrícula no mesmo ano letivo. Os pais, em grande parte, trabalham o dia todo e os filhos permanecem a maior parte do tempo sozinho, sem uma orientação adequada e, principalmente, recebem o mínimo de atenção de sua família. São crianças com muita carência afetiva, que vem buscar na escola suprir essas deficiências, além de que apresentam um certo grau de agressividade, decorrente do que vivencia em sua casa, sendo difícil o relacionamento com todos os professores. Diante desta realidade, alguns alunos apresentam poucas perspectivas de um futuro melhor, não demonstrando vontade e interesse pelos estudos, o que acaba resultando em evasão e repetência, sendo maior no período noturno.

Os espaços escolares disponíveis e utilizados no processo pedagógico existentes no Estabelecimento de Ensino atendem às necessidades da comunidade escolar, proporcionando assim, um ambiente agradável e acolhedor. As salas de aulas são condizentes com o número de alunos propostos para cada série.

A escola possui 12 salas de aula, 1 sala de multi-uso, um laboratório de informática, um laboratório de Ciências, uma biblioteca, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de direção, uma sala da Equipe Pedagógica, um refeitório, uma cozinha, 2 quadras de esportes, sendo uma coberta.

A comunidade escolar atendida está na faixa etária de 10 a 14 anos, no período diurno e a partir de 14 anos no noturno. Em sua maioria possui nível sócio-econômico médio-baixo, residentes na zona urbana e Rural, sendo que estes, saem muito cedo de casa para tomar o ônibus escolar, tendo problemas de faltas, principalmente em dias de chuva.

Os turnos e os horários de funcionamento da escola ocorrem nos três períodos: manhã, das 07:30 às 11:50 horas; tarde, das 13:00 às 17:20 horas e noite, das 19:00 às 23:10 horas, tendo um intervalo de 10 minutos.

A escola oferta o Ensino Fundamental anos finais, tendo atualmente 648 alunos matriculados, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno. No período matutino atende aos alunos do 8º e 9º anos, sendo 5 turmas de 8º ano e 4 de 9º ano.. No

período vespertino, os alunos do 6º e 7º anos, sendo 5 turmas de 6º ano e 6 turmas de 7º ano. No período noturno, os alunos do 6º ao 9º ano, sendo uma turma de cada ano.

A escola oferta ainda o serviço de Apoio Complementar Especializado, com a Sala de Recursos Multifuncional Tipo I que atende aos alunos portadores de deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos globais específicos, deficiências físicas e neuromotoras, altas habilidades/superdotação, que complementa o atendimento educacional das classes comuns. No período matutino possui em funcionamento duas turmas, atendendo aos alunos dos 6º e 7º anos e no período vespertino, uma turma atendendo aos alunos do 8º e 9º anos. O atendimento ocorre no período contraturno às aulas.

Há ainda na escola a oferta dos Programas de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, periódica e permanentes. Na periódica há o projeto de Futsal, atendendo ao macrocampo Esporte e Lazer e o projeto Dança, atendendo ao macrocampo Cultura e Arte. Na permanente, os projetos ofertados são: Handebol do macrocampo Esporte e Lazer, Matemática e os jogos educativos, atendendo ao macrocampo Aprofundamento da aprendizagem- Matemática, Informática e tecnologia da informação associada ao trabalho de prevenção de drogas, violência na escola e seu entorno, do macrocampo Tecnologia da Informação, da comunicação e uso de mídias, Prevenção de doenças e agravos, do macrocampo Promoção da Saúde e Literatura e teatro como ferramenta de leitura e aprendizagem do macrocampo Aprofundamento da aprendizagem – Língua Portuguesa. O projeto de Futebol atende aos alunos dos 8º e 9º anos e o projeto de dança os alunos dos 6º e 9º anos. O projeto permanente atende aos alunos dos 7º anos.

A escola possui também em funcionamento a Sala de Apoio a aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, em período contraturno às aulas, atendendo aos alunos dos 6º e 9º anos.

2.1 APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO OU DESEMPENHO ESCOLAR

Ao se pensar em aprovação ou reprovação escolar, é preciso se remeter ao processo de avaliação, estando os mesmos ligados diretamente. É impossível tratar um assunto dissociado do outro. De acordo com exigências do sistema, o processo educativo trabalha com um sistema anual de avaliação, que irá resultar ao final do processo letivo em aprovação ou reprovação. É importante destacar que os resultados obtidos pelos alunos, interferem no resultado do processo letivo e são consequência de vários fatores externos e internos e esse, acabam por resultar em fracasso e conseqüentemente abandono escolar.

A escola precisa refletir acerca desses fatores, visando proporcionar aos alunos condições para o alcance do sucesso escolar.

De acordo com o rendimento/movimento escolar, os resultados obtidos pela escola nos últimos anos foi:

Fonte: SERE/ABC

Rendimento/Movimento Escolar - Ano 2008

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
FUNDAMENTAL - TOTAL	72,90%	19,50%	7,50%
5ª SERIE	66,50%	25,00%	8,50%
6ª SERIE	74,20%	19,60%	6,10%
7ª SERIE	70,70%	17,50%	11,70%
8ª SERIE	81,90%	15,00%	3,00%

Fonte: SERE/ABC

Rendimento/Movimento Escolar - Ano 2009

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
FUNDAMENTAL - TOTAL	81,10%	13,30%	5,40%
5ª SERIE	79,80%	14,00%	6,00%
6ª SERIE	83,50%	13,40%	3,00%
7ª SERIE	79,80%	15,50%	4,50%
8ª SERIE	81,50%	10,10%	8,20%

Fonte: SERE/ABC

Rendimento/Movimento Escolar - Ano 2010

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
FUNDAMENTAL - TOTAL			
5ª SERIE	73,82%	16,23%	9,95%
6ª SERIE	93,25%	6,13%	0,61%
7ª SERIE	85,54%	10,84%	3,61%
8ª SERIE	83,89%	4,03%	12,08%

Fonte: SERE/ABC

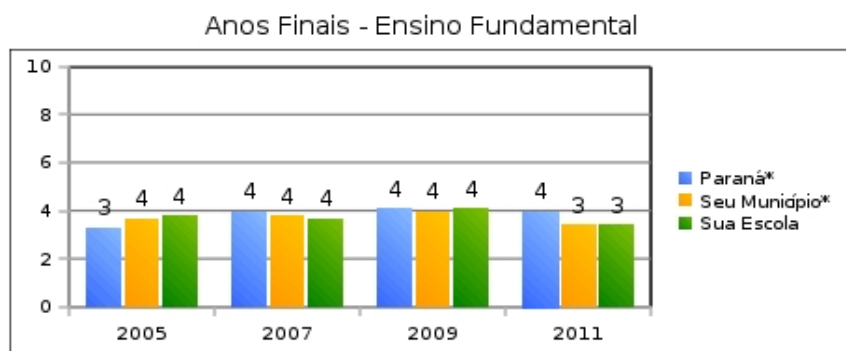
Rendimento/Movimento Escolar - Ano 2011

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
FUNDAMENTAL - TOTAL			
5ª SERIE	69,33	20,00%	10,67%
6ª SERIE	83,23	9,32%	7,45%
7ª SERIE	68,75	23,30%	7,95%
8ª SERIE	76,58	14,56%	8,86%

O resultado obtido pela escola no IDEB no ano de 2005 foi de 3,8. Em 2007 foi de 3,7 e em 2009 foi de 4,1 e no IDEB de 2011, a escola obteve o seguinte resultado 3,4 . Este resultado foi assustador e trouxe preocupações para todo o coletivo escolar que

tinha como meta para o ano de 2011 o resultado 4,2. Neste sentido, todo o coletivo foi convidado a analisar e refletir acerca dos fatores que contribuíram para o mesmo, bem como propor a reorganização do trabalho pedagógico, planejando ações que possam garantir o sucesso dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e melhorar os resultados da escola.

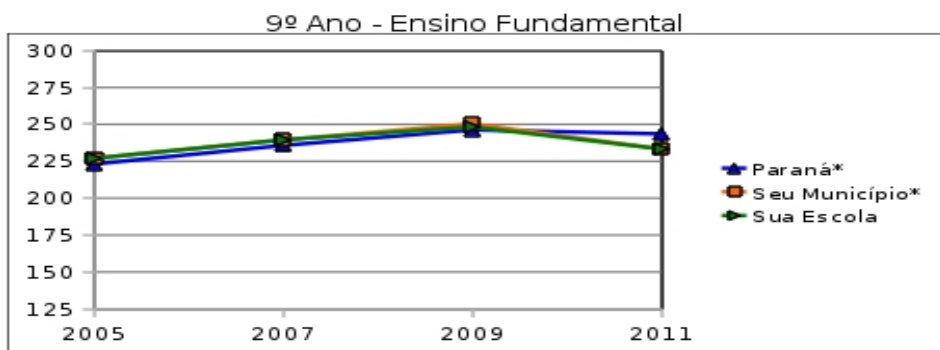
A tabela apresentada abaixo mostra com clareza os resultados alcançados pela escola no IDEB – 2011:



Fonte: MEC/Inep.

* Os resultados referem-se à Rede Estadual

De acordo com os gráficos apresentados abaixo, é possível analisar os resultados alcançados pela escola no SAEB/Prova Brasil, em comparação com o estado e o município, em Língua Portuguesa:



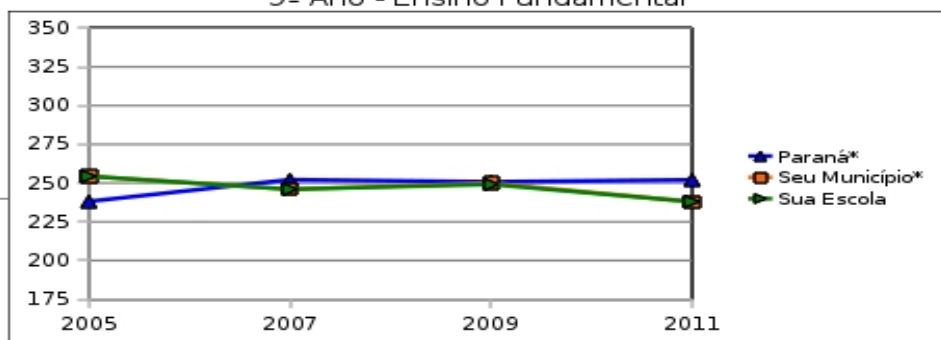
Unidade	2005	2007	2009	2011
Paraná*	223,11	235,72	246,28	243,52
Seu Município*	227,00	239,47	250,38	233,31
Sua Escola	226,98	239,47	248,32	233,31

Fonte: MEC/Inep.

* Os resultados referem-se à Rede Estadual

Em Matemática:

9º Ano - Ensino Fundamental



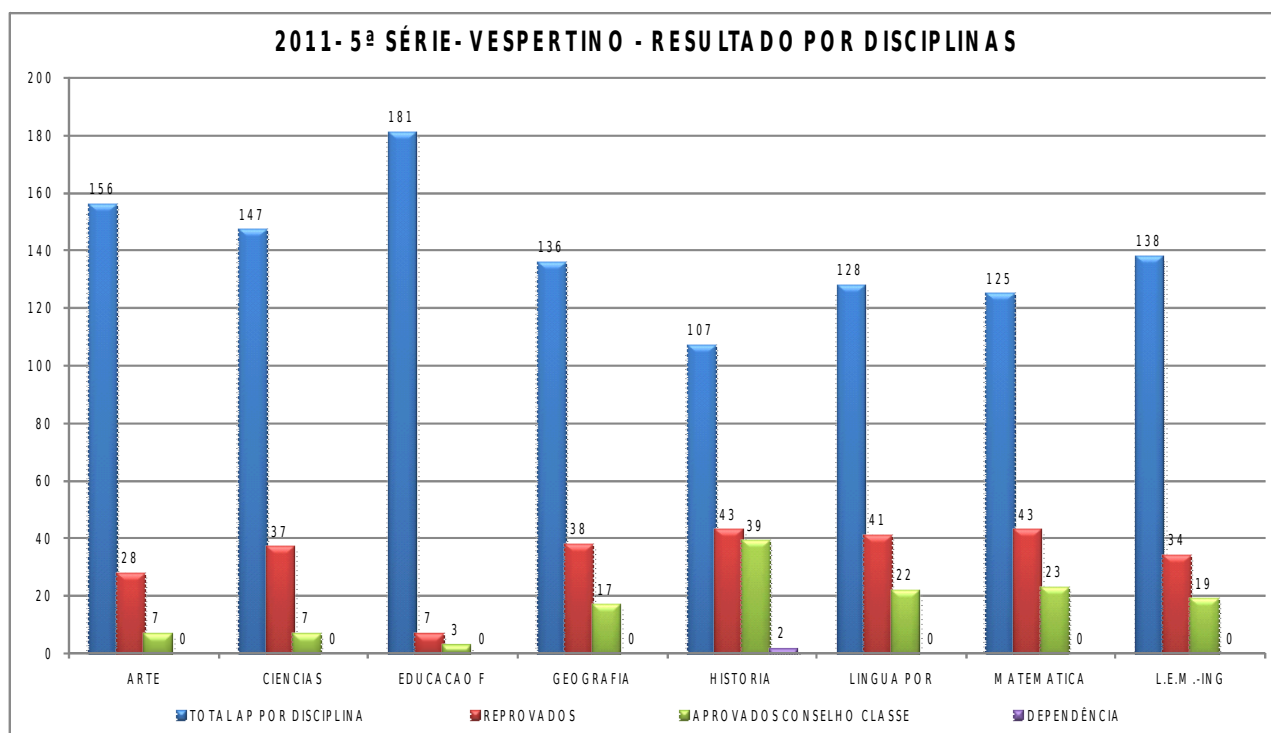
Unidade	2005	2007	2009	2011
Paraná*	238,13	252,13	250,78	252,05
Seu Município*	254,30	245,98	249,91	237,94
Sua Escola	254,34	245,98	249,13	237,94

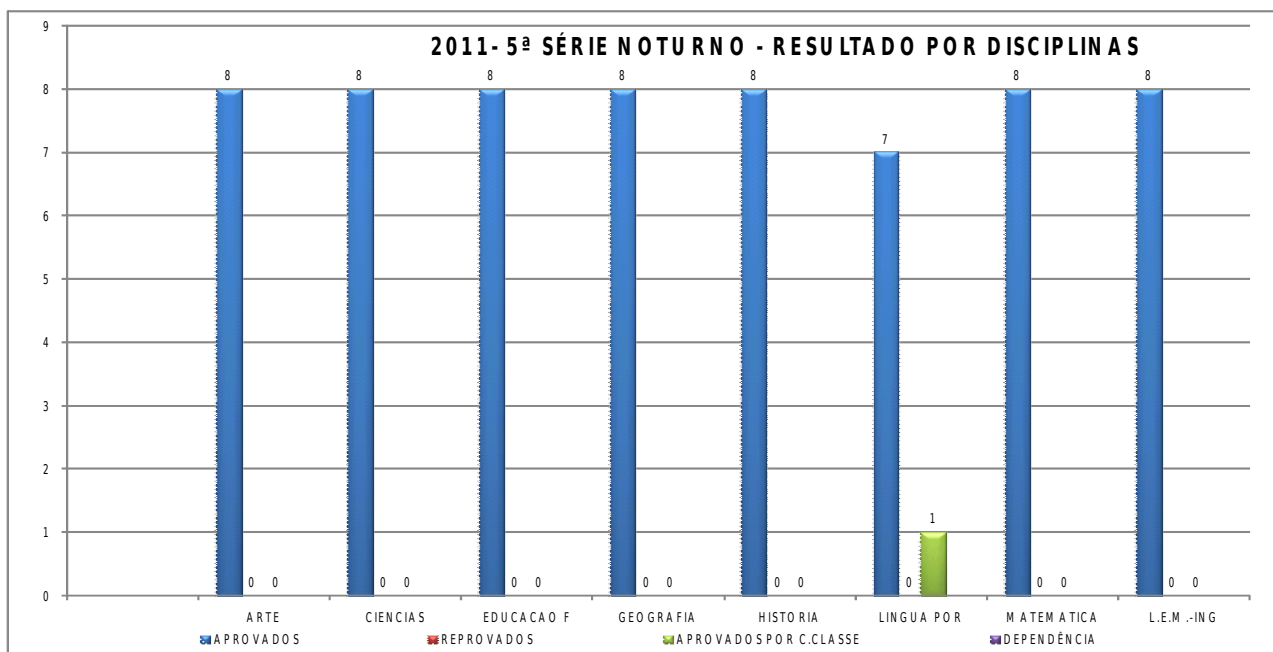
Fonte: MEC/Inep.

* Os resultados referem-se à Rede Estadual.

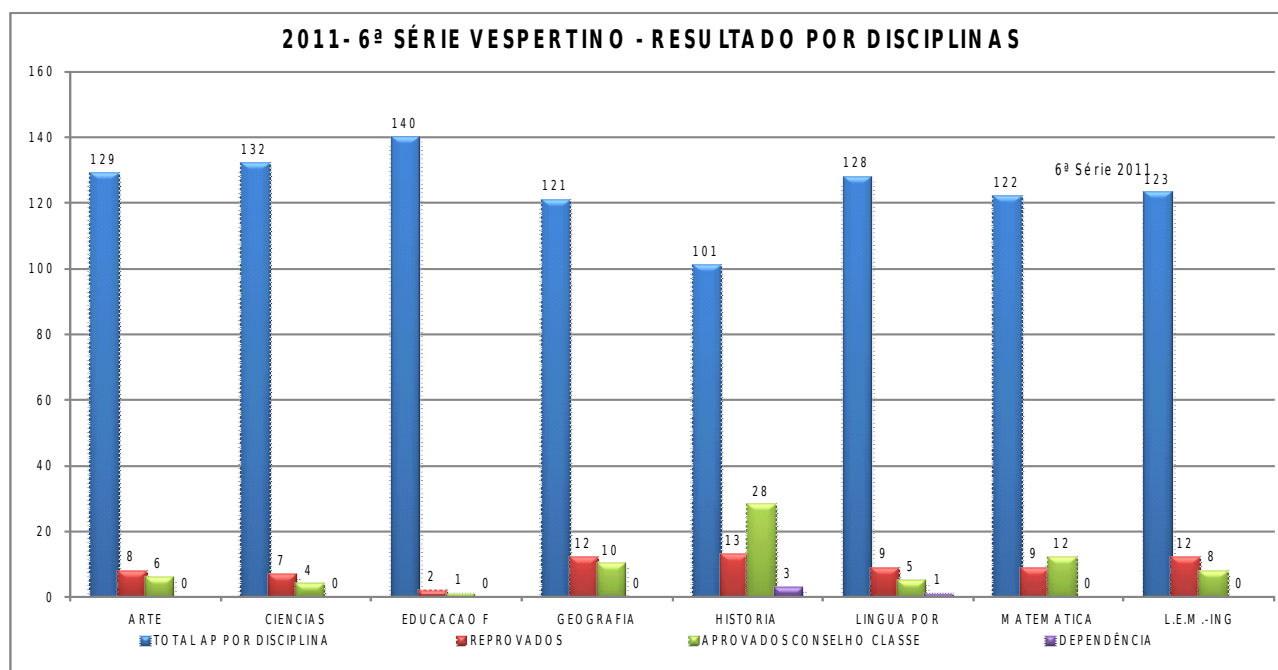
No ano de 2011, a escola realizou a análise e reflexão dos resultados alcançados pela escola por área do conhecimento, ou seja, os índices de aprovação e reprovação por disciplina, buscando detectar os pontos negativos e as falhas que tem contribuído para que os baixos índices fossem maiores em algumas disciplinas do currículo, fazendo com que os resultados alcançados não fossem os esperados e diminuindo assim os índices da escola. Esta análise foi muito importante para o coletivo que pode refletir, buscando soluções e intervenções que levassem a melhores resultados neste ano de 2012.

De acordo com as tabelas abaixo, é possível observar os resultados apresentados pela escola em cada disciplina, em cada série:

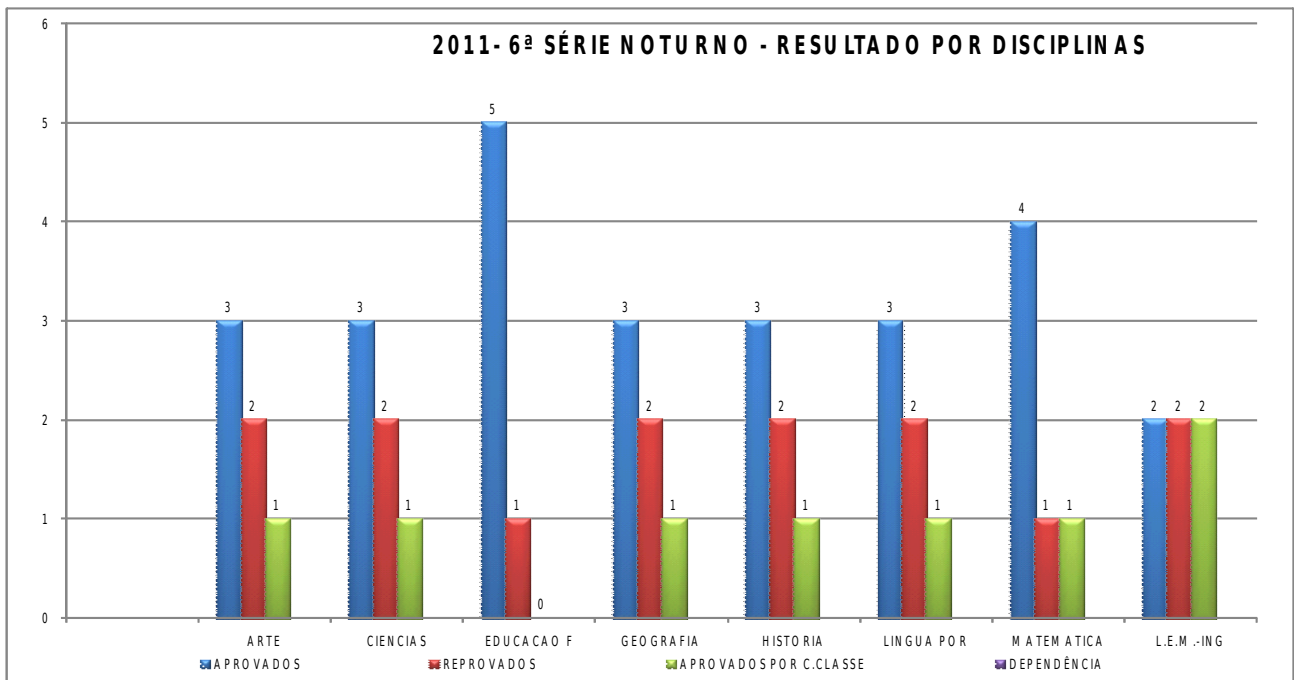




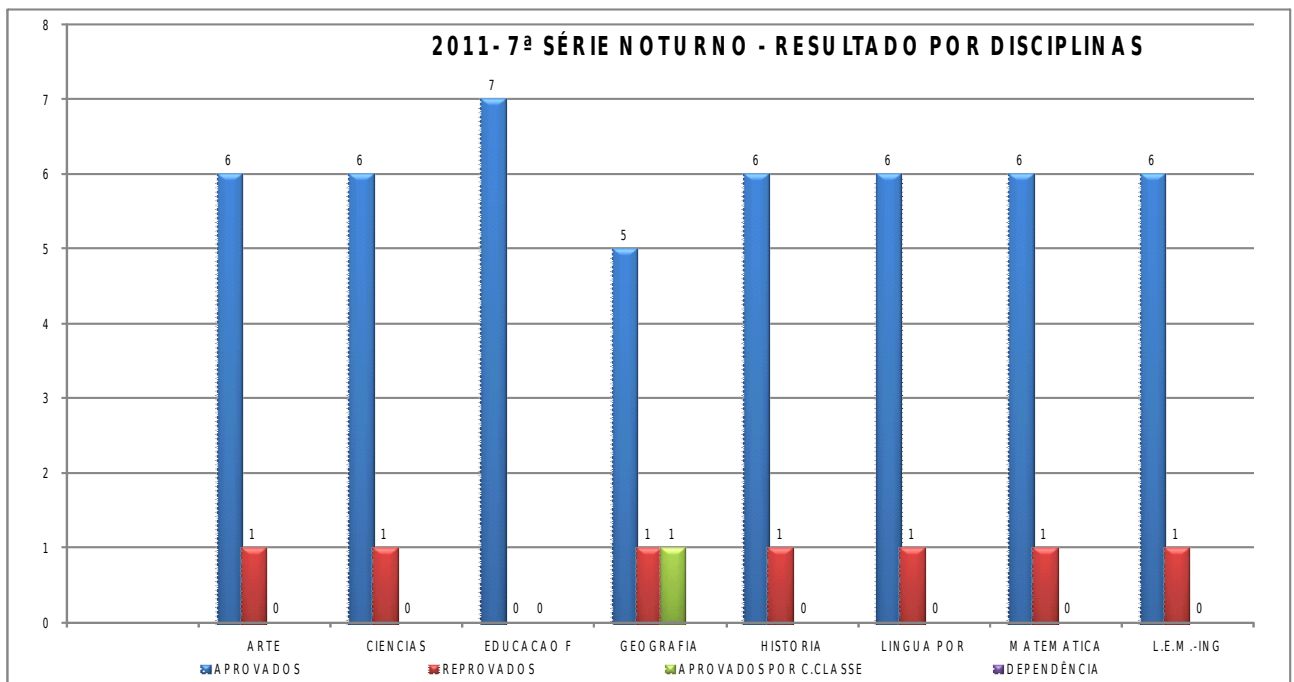
Analisando os gráficos apresentados, na 5ª série do ano de 2011, foi possível perceber que há um número elevado de reprovados nas disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa e História. No ensino noturno, com número reduzido de alunos ao final do ano letivo, o índice de reprovados na 5ª série foi reduzido, não evidenciando nenhuma disciplina do currículo.



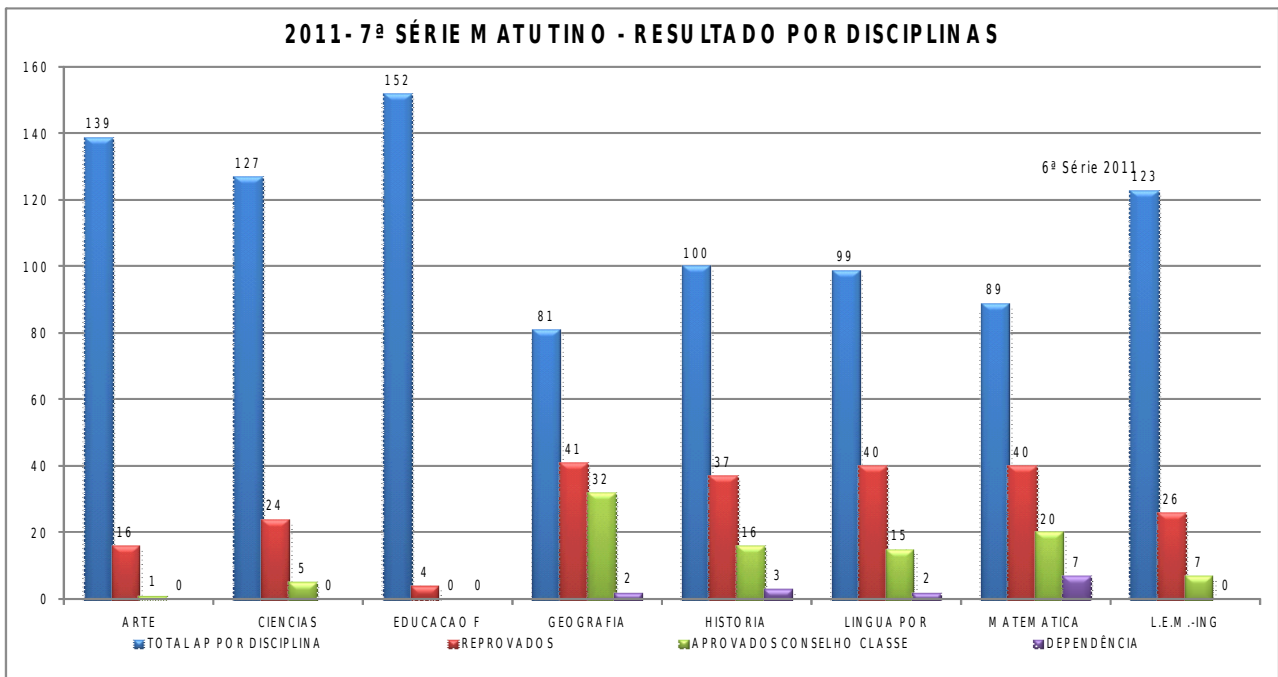
Analisando o gráfico referente à sexta série vespertino do ano de 2011, foi possível perceber que o maior índice de reprovados foi em História, seguido de Geografia e Inglês.



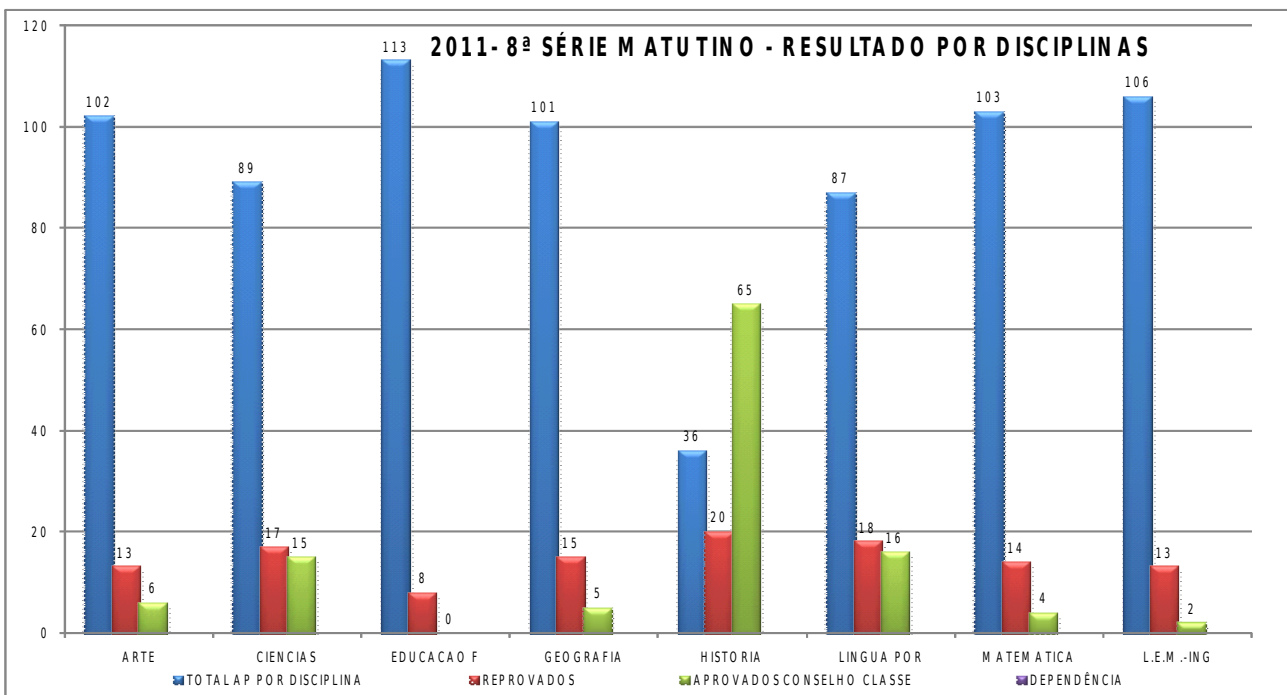
No ensino noturno, o índice de reprovas na sexta série manteve uma certa igualdade nas disciplinas, pois os alunos que não conseguiram aprovação, deixaram de frequentar a escola nos últimos meses.



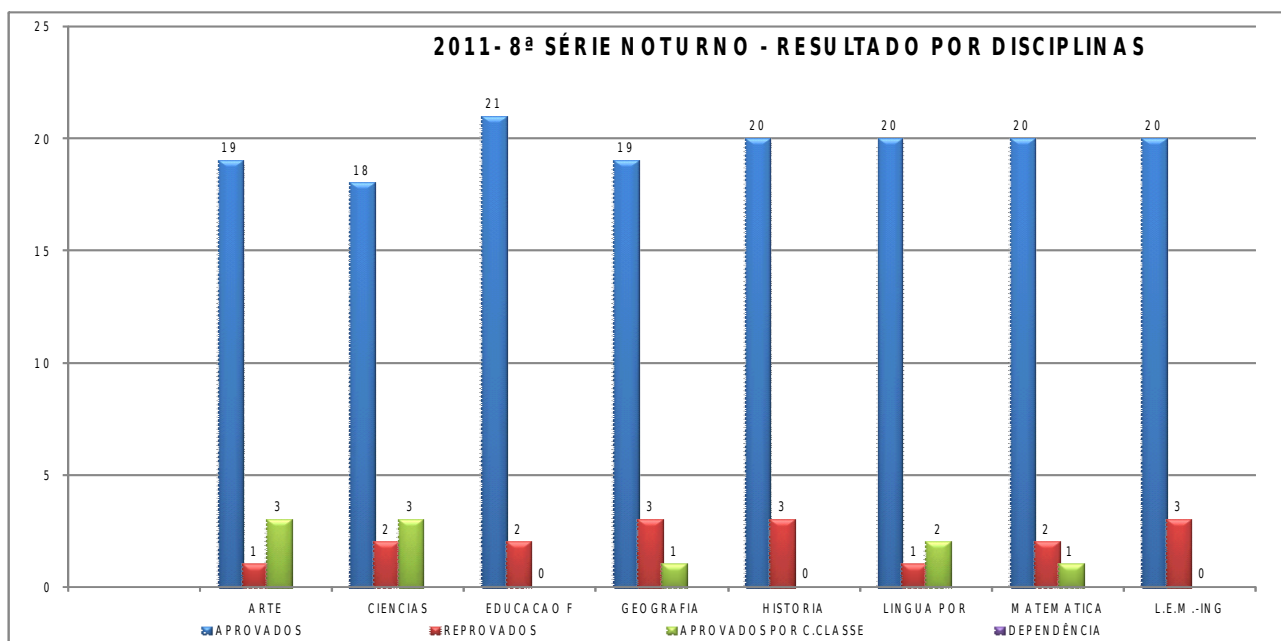
Na 7ª série, houve apenas uma reprova na maioria das disciplinas e é o mesmo caso apresentado acima, o de um aluno que deixou de frequentar a escola e acabou como reprovado.



Na sétima série do período matutino, o índice de reprovos foi maior em Geografia, seguido de Língua Portuguesa e Matemática.



Na oitava série do período matutino, o maior índice foi em História, seguido de Língua Portuguesa, Ciências e Matemática.



Analisando os gráficos apresentados, na 8ª série do período noturno, foi possível perceber que as disciplinas com maior número de reprovados foi em Geografia, História e Inglês.

Conforme os gráficos analisados, a disciplina de História tem demonstrado maior índice de reprovadas. Em seguida aparece a Geografia, a Língua Portuguesa e o Inglês. Através desta análise é preciso promover uma reflexão com o coletivo escolar a respeito da prática pedagógica desenvolvida pelos professores destas disciplinas (planejamento, motivação, metodologias, estratégias, recursos, avaliação, recuperação...) visando propor intervenções que possibilitem a melhoria, o rendimento e o melhor aproveitamento dos alunos nestas áreas do conhecimento.

2.2 VIOLÊNCIA/DROGADIÇÃO

O problema da violência é histórico e é uma preocupação de todos os cidadãos, pois é um problema social que vem se agravando cada dia mais, pois os nossos adolescentes e jovens estão experimentando e aprendendo a conviver com as diferenças sociais, culturais, econômicas e geográficas.

A violência atinge a vida e a integridade das pessoas e é um dos problemas mais emblemáticos da sociedade contemporânea, que tem interferido diretamente em nossas escolas, bem como no processo educativo.

Violência sempre existiu nas escolas, mas em proporções bem menores. Atualmente é possível presenciar manifestações diversas de violência como depredações,

pichação, furtos, estupro, invasão, ameaças, agressões físicas e verbais, consumo de drogas e álcool, porte de armas, assassinatos, entre tantos outros fatos de violência extrema ocorridos no interior das escolas que vem assustando a sociedade, pois antigamente se pensava em violência fora dos muros da escola. Agora a violência ocorre dentro da escola e está tomando proporções enormes, pois nas relações do dia a dia já não existe mais o respeito entre as pessoas e o direito do outro.

A questão da violência nas escolas é muito desafiadora e necessita ser pensada com muito cuidado, por meio dos conhecimentos científicos visando dar o tratamento pedagógico adequado.

Podemos identificar vários tipos de violências presentes na escola como: violência verbal, violência física, violência contra o patrimônio, violência doméstica (acaba se refletindo na escola), violência simbólica. Portanto é preciso destacar que são inúmeros os fatores que levam os nossos adolescentes e jovens a praticarem atos violentos. E que esses devem ser trabalhados por todo o coletivo escolar, visando a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A Escola Estadual Prof. Paulo Mozart Machado não está alheia a esta situação. Em seu ambiente e em seu entorno ocorrem diversas manifestações de violências relevantes e que precisam ser trabalhadas, propondo ações preventivas e minimizadoras do problema, visando enfrentar e superar situações concretas de violência dentro e fora dos muros da escola.

Escola e família, precisam trabalhar juntas, estando articuladas a todo momento, num processo de integração para que haja entendimento entre a comunidade externa e interna. Assim, a família é convidada a participar da vida escolar nas reuniões programadas e realizadas ao longo do ano letivo. São realizadas quatro reuniões programadas no calendário escolar e outras que se façam necessárias. Também realiza atendimento individual com o aluno e a família, através da direção, equipe pedagógica e professores afins. Quando necessário, mantém contato com a família através de comunicados escritos, contatos telefônicos e/ou outros.

Há uma grande preocupação por parte da escola com as questões relacionadas à indisciplina, que prejudica o andamento das aulas e o aproveitamento escolar da turma como um todo. Muitas vezes, acaba resultando em situações de violência. Nesse sentido, busca desenvolver ações de orientação e conscientização dos alunos quanto ao comportamento adequado em sala de aula e fora dele, dando ciência de que todas as ações de indisciplina realizadas possuem consequências.

Neste ano letivo, a escola enfrentou alguns problemas de violência verbal e física entre os alunos, sendo os mesmos resolvidos com os próprios alunos e, quando necessário, com o acompanhamento dos responsáveis. Nestes casos foram registradas as ocorrências e assinadas pelos alunos e pelos responsáveis. Alguns casos de violência verbal para com os professores foram também registrados e resolvidos com os alunos e os responsáveis.

DROGADIÇÃO

O problema do uso indevido de drogas tem sido muito questionado e debatido pois é uma questão que não afeta somente o universo escolar, mas toda a sociedade. Há uma propagação crescente do consumo de drogas entre adolescentes, jovens e adultos e isto está afetando diretamente a vida familiar, escolar e social. Ao abordar o problema das drogas, é necessário reconhecer que atualmente a droga não se limita somente aos marginais, bandidos ou classes menos favorecidas. A droga está presente em todas as esferas da sociedade e precisa ser tratada pela escola com abordagem informativa e preventiva, tendo consciência de que o tema precisa ser abordado com os alunos antes que tenham o primeiro contato com as drogas, ou seja, precocemente, senão a batalha se torna mais difícil de ser alcançada.

Para o desenvolvimento deste trabalho na escola é necessário que os professores estejam informados e preparados para orientar os adolescentes e jovens a adotarem hábitos saudáveis em suas vidas.

A escola preocupa-se em trabalhar a prevenção ao uso abusivo das drogas, visando a promoção da saúde dos alunos e melhoria na vida pessoal e social. Busca levar os alunos e a comunidade à reflexão dos problemas e consequências causados pelas drogas para que os mesmos sintam-se em condições de escolha e opção sobre o assunto. Procura estar atenta durante todos os turnos de aula, tanto no espaço físico (pátio, muros, portões) para que os alunos não adentrem à escola com produtos estranhos ao ambiente escolar, como nas atitudes e comportamentos dos alunos em sala de aula e no pátio. Oportuniza sempre que possível palestras e atividades de conscientização e prevenção com profissionais da saúde, buscando envolver toda a comunidade escolar. Participa de conferências realizadas pelo município em parceria com outras entidades. Em sala de aula, são realizadas reflexões e debates alusivos ao tema, produção de textos, confecção de cartazes, análise de filmes, pesquisas em sítios, entre outras, buscando levar os adolescentes e jovens à compreensão da complexidade do

tema, as inúmeras situações que envolvem esta questão, dando assim, o tratamento pedagógico adequado.

Ao desenvolver ações de enfrentamento ao uso indevido de drogas é preciso tomar o cuidado para não tomar posturas preconceituosas , moralistas ou intolerantes ou para não incentivar de alguma forma o uso. Faz-se necessário o conhecimento e o entendimento desta temática para poder desenvolver uma atuação crítica, histórica e pedagógica, refletindo sobre os diversos contextos envolvidos.

A fundamentação teórica e a formação continuada dos profissionais da educação para contribuir no processo de prevenção é fundamental e muito relevante e fazer-se investigador dos alunos e do contexto escolar também é essencial para tomar ciência de determinadas situações que precisam ser analisadas para buscar a melhor forma de contribuir para a prevenção, visto que a escola é responsável por colaborar na transformação cultural, social, política e econômica da sociedade.

Nos casos de violência e até mesmo drogadição que fogem da alçada da escola, e influenciam diretamente na organização escolar e no processo de ensino e aprendizagem, conta com o apoio da Patrulha Escolar, que toma as medidas necessárias de acordo com a Legislação vigente.

2.3 ABANDONO

No início do ano letivo de 2011, de acordo com o momento referencial do mês de fevereiro, a escola possuía 766 alunos matriculados do 6º ao 9º Anos, distribuídos nos períodos: matutino, vespertino e noturno. Há uma grande movimentação dos alunos durante cada mês, pois a escola recebe novos alunos, realiza a transferência de outros, enfrenta também o problema do abandono escolar, determinado por vários fatores externos e internos que interferem diretamente nos resultados obtidos pela escola. Há uma diferença numérica entre os alunos matriculados no início do ano letivo e a movimentação mensal, conforme mostra a tabela abaixo:

2011

Meses	Matrículas	Transferências Recebidas	Sem Frequência	Desistentes	Transferências expedidas	Remanejados	Saldo mensal
Fevereiro	766	6			8	30	734
Março	734	12			9	2	735

Abril	735	16			8	1	742
Maio	742	13			4	9	742
Junho	742	4			13	1	732
Julho	732	13		1	11		733
Agosto	733	5			6	4	728
Setembro	728	2			2	1	727
Outubro	727	5		41	4		687
Novembro	687	4		1	2		688
Dezembro	688						688
		80		43	67	48	

No ano letivo de 2012, foram matriculados na escola, modalidade Ensino Fundamental, conforme momento referencial do mês de fevereiro, 648 alunos. Atualmente, ao final do mês de setembro, possui 619 alunos matriculados e frequentando a escola. Abaixo a tabela de movimentação de matrículas dos alunos, referente ao ano de 2012.

2012

Meses	Matrículas	Transferências Recebidas	Sem Frequência	Desistentes	Transferências expedidas	Remanejados	Saldo mensal
Fevereiro	648	2			6	1	643
Março	643	22	1		7	12	645
Abril	645	13	16		8	3	631
Maio	631	15			8	7	631
Junho	631	3		21	2		611
Julho	611	7				2	616
Agosto	616	6			1	2	619
Setembro	619						619
		68	17	21	32	27	

Alguns alunos, principalmente do período noturno, deixam de frequentar a escola sem solicitar a transferência para outro estabelecimento. A escola acompanha diariamente a frequência dos alunos, procurando entrar em contato com o aluno, com a família, quando há número elevado de faltas, através de recados verbais ou escritos, contatos telefônicos, bilhetes e/ou convocações para o comparecimento na escola do aluno ou responsáveis, visitas, quando possível, encaminhamento ao Conselho Tutelar.

Os alunos do diurno, ao detectar as faltas e entrar em contato com os pais, na maioria das vezes, apresentam justificativas e retornam à escola. Já os alunos do noturno, em sua maioria, trabalhadores e que não conseguem se adaptar a esta

modalidade de ensino regular, acabam abandonando. A escola possui também alunos fora de idade série, que já reprovaram e encontram-se desanimados e desinteressados em estudar. Esses, realizam a matrícula no início do ano, mas ao menor sinal de fracasso, acabam desistindo.

2.4 EVASÃO ESCOLAR

Ao analisar e refletir acerca dos alunos que estavam matriculados na escola em 2011, foi possível perceber que apenas 2 alunos não realizaram a matrícula neste ano de 2012. Buscando entender os motivos da não efetivação da matrícula dessas alunas, foi possível detectar que são duas senhoras, uma de 59 anos e a outra de 48 anos, que justificaram cansaço, dificuldades de frequentar a escola diante do trabalho e dos afazeres domésticos, dificuldades para o aprendizado, pois já haviam ficado muito tempo sem estudar, os alunos mais novos que acabam provocando indisciplina, entre outros fatores.

Esses fatores apresentados são alguns dos motivos que levam os nossos alunos a se evadirem da escola. Outros motivos são observados no decorrer do período letivo como:

- desigualdades sociais;
- trabalho;
- problemas familiares;
- falta de interesse;
- problema de transporte escolar;
- problema de saúde do aluno e/ou familiares;
- dificuldades de aprendizagem;
- negligência e falta de acompanhamento da família;
- metodologias de ensino desmotivadoras;

Todos os casos de abandono escolar e evasão preocupam muito o coletivo escolar que busca incentivar constantemente esses alunos, desenvolvendo um trabalho diferenciado e oportunizando situações de aprendizagem que possam mantê-los interessados, participativos e assíduos durante todo o ano letivo.

Nos casos de abandono e evasão escolar, assim que detectadas as faltas consecutivas, a escola toma todas as providências cabíveis a ela juntamente com os responsáveis. É feito um acompanhamento diário dos alunos através da frequência diária

realizada pelo representante de turma, o acompanhamento semanal através da ficha do aluno ausente, o preenchimento do ofício e do relatório de encaminhamento ao Conselho Tutelar – FICA, buscando trabalhar em conjunto com os pais e os órgãos responsáveis pelo atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, sendo o direito à educação garantido por Lei e que deve ser respeitado.

3. SERVIÇOS DE APOIO COMPLEMENTAR ESPECIALIZADO

O Estado do Paraná adotou a postura inclusiva, ou seja, oportunizar aos alunos não somente o acesso e a permanência na escola, mas o sucesso, garantindo o direito a educação a todos, independente de etnia, credo, sexo, situação financeira ou de qualquer outro tipo de singularidade de cada aluno, entendendo que cada um tem suas particularidades e diferenças e que estas precisam ser respeitadas, reconhecidas e valorizadas.

A nação brasileira é constituída por uma diversidade cultural muito grande. Não é possível se pensar em educação sem pensar em diversidade.

A Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado – Ensino Fundamental se preocupa em educação como direito de todos, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso, aprendendo a respeitar e valorizar as diferenças e a diversidade cultural. Assim, oportuniza um processo de educação inclusiva, reconhecendo que a escola precisa estar preparada para atender aos alunos em suas especificidades.

Tem como objetivo superar uma estrutura tradicional de escola que oferece padrões de ensino homogêneo e critérios de seleção e de classificação.

Garantia de direito a todos

Atendendo ao disposto no Art. 41, do Regimento Interno da SEED, compete ao Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – DEEIN: “ Gerir as políticas públicas em Educação Especial para alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, deficiência visual, surdez, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” e demais serviços de apoio complementar especializado.

3.1 Sala de Recursos Multifuncional Tipo I

De acordo com a LDB em seu Art. 58 a educação deve ser garantida aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na escola regular. Esta escolarização deve ser proporcionada com qualidade, atendendo as necessidades e

especificidades de cada aluno, ou seja, assegurando as condições necessárias para uma escola de qualidade para todos.

A Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado – Ensino Fundamental oferta o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional Tipo I. É um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.

A escola possui 2 turmas funcionando no período matutino, atendendo aos alunos dos 6º e 7º anos em período contraturno às aulas da classe regular, totalizando 24 alunos. No período vespertino possui uma turma funcionando com 7 alunos matriculados também em período contraturno. Para o atendimento a esses alunos é feito um cronograma, que pode ser atendimento individual ou em grupo, visando oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo o acesso ao conhecimento. O atendimento pedagógico a esses alunos é ofertado com professora específica na área e acontece de 2 a 4 vezes por semana, não ultrapassando duas horas/aula diárias, com registro de frequência em Livro Registro de Classe próprio.

O acompanhamento aos alunos da Sala de Recursos Multifuncional Tipo I deve ser constante, tendo em vista traçar novas possibilidades de intervenção pedagógica. O desenvolvimento do aluno deve ser analisado no contexto comum de ensino e no atendimento educacional especializado e os avanços acadêmicos devem estar registrados em relatório pedagógico, elaborado a partir do parecer dos professores das disciplinas no conselho de classe.

3.2 Sareh

O SAREH é um Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e tem como objetivo o atendimento pedagógico educacional aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar a escola, em virtude de situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, permitindo que possam continuar no processo de escolarização sem prejuízos ao seu rendimento escolar com condições para retornar ao ambiente escolar.

Os conteúdos trabalhados pelos professores do SAREH são repassados pela escola através de telefone ou e-mail, buscando dar andamento aos conteúdos que estão sendo trabalhados em sala de aula.

O SAREH funciona em centros maiores, em hospitais de maior porte. No caso do município de Uraí, não funciona este atendimento.

O atendimento no SAREH ocorre com profissionais especializados, visando atender aos alunos em todas as áreas do conhecimento.

No caso de ocorrência de faltas dos alunos motivadas por atestados médicos, e/ou quando legalmente amparadas em razão: de doença infecto-contagiosa ou impeditiva de frequência às aulas (Lei Federal nº 1044/69) ; de licença-gestação (Lei Federal nº 6202/75) ou outras, as anotações no Livro Registro de Classe pelo professor, segue a Instrução nº 07/10 – SEED/DAE/CDE que estabelece as normas para preenchimento do Livro Registro de Classe da Rede Estadual de Ensino. Nestes casos, o aluno recebe o acompanhamento escolar necessário, através do comprometimento de toda a equipe escolar

No ano de 2011, A escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado – Ensino Fundamental, teve uma aluna internada em um hospital na cidade de Londrina, onde há o atendimento pelo SAREH. A escola manteve contato direto com a Pedagoga de lá, repassando todas as informações necessárias para que a aluna tivesse este atendimento.

Neste ano de 2012, no primeiro semestre letivo, também houve um caso de uma aluna que recebeu atendimento pelo SAREH, onde os procedimentos foram os mesmos.

Em casos de alunos que apresentam alguma doença específica que exige o afastamento das aulas, é proporcionado a estes, o atendimento de tarefas domiciliares, onde é propiciado aos mesmos a oportunidade de realização das atividades, não comprometendo seu rendimento escolar.

Para o acompanhamento da tarefa domiciliar, a Equipe Pedagógica recebe o atestado do aluno e toma as providências necessárias junto aos professores, cobrando para que os mesmos preparem as atividades e entreguem ao profissional da Equipe. Este entrará em contato com o responsável pelo aluno para entregas as atividades propostas e orientar quanto a devolução para a correção, aferição de notas e registro no Livro Registro do professor.

3.3 Sala de Apoio Pedagógico

As salas de apoio pedagógico tem como objetivo atender às dificuldades de aprendizagem de crianças que frequentam as séries finais do Ensino Fundamental, no

que se refere aos conteúdos básicos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, visando superar as dificuldades referentes aos conteúdos dessas disciplinas.

O atendimento ocorre em período contraturno às aulas aos alunos dos sextos e nonos anos, com abertura automática. Para as outras séries do Ensino Fundamental, há a necessidade em se fazer a solicitação de abertura de sala.

Os profissionais que atuam nas salas de apoio recebem capacitação e formação promovidos pela Secretaria de Estado da Educação, visando esclarecimentos quanto aos objetivos desse atendimento e orientações quanto as metodologias a serem trabalhadas, com o objetivo de proporcionar aos alunos, melhor desempenho escolar e maior sucesso acadêmico.

A escola possui em funcionamento uma sala de apoio para os sextos anos e uma sala de apoio para os nonos anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo ofertadas quatro horas aulas de cada disciplina, distribuídas em dois dias da semana, sendo duas horas aulas por dia. Até o ano de 2011, a escola só ofertava sala de apoio aos sextos anos. No segundo semestre de 2011 iniciou a oferta para os nonos anos.

No ano de 2011 a escola teve 20 alunos participando da disciplina de Matemática no 9º ano, obtendo aprovação ao final do ano letivo 14 alunos e reprovação 6 alunos. Em Língua Portuguesa, a escola contava com 18 alunos participando da sala, obtendo aprovação 12 alunos e com resultado de reprovação 5 alunos. Do total de alunos reprovados, 1 desistiu da sala de apoio no decorrer do ano letivo. No sexto ano, a escola possuía 2 turmas de sala de apoio de Língua Portuguesa, sendo uma com 19 alunos e outra com 20 alunos, totalizando 39 alunos. Desses, obtiveram aprovação ao final do ano letivo 20 alunos, 2 foram transferidos, 1 remanejado e 16 foram reprovados. Em Matemática também possuía 2 turmas, sendo uma com 23 alunos e outra com 22 alunos, totalizando 45 alunos. Desses, obtiveram aprovação ao final do ano letivo 22 alunos, 1 foi transferido e 22 reprovados. No total de alunos reprovados, 5 desistiram da sala de apoio no decorrer do ano letivo.

A sala de apoio é um programa muito bom e que traz muitos benefícios para o processo de ensino e aprendizagem. Porém, não há muito comprometimento por parte dos alunos e da família. Os alunos são faltosos, sendo necessário que a escola esteja constantemente conscientizando da importância, incentivando e cobrando a frequência dos alunos.

4. Avaliação

4.1. Avaliação em larga escala no Brasil

O processo de avaliação circula por todas as etapas da educação. Até 1995, com a edição do primeiro Saeb, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, as avaliações eram de dentro da escola – do rendimento escolar do aluno, na avaliação da aprendizagem, avaliação da atuação docente e da escola como um todo. Somente a partir de então, o Brasil começou a diagnosticar a escola de fora da escola. As políticas públicas e os investimentos educacionais agora são determinados conforme os resultados das avaliações organizadas aos alunos, pelos governos. Com as atuais demandas sobre a qualidade do ensino e relevância da educação escolar, a avaliação em larga escala é um instrumento significativo que oferece subsídios para o planejamento, elaboração, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

A implementação da avaliação em larga escala se constituiu com a intenção de subsidiar os formuladores e executores das ações governamentais na área educacional e em todos os níveis de governo. Com a avaliação, se pretende averiguar a eficiência dos sistemas no processo de ensino e aprendizagem e, também, a equidade da educação oferecida em todo o país.

De acordo com Magda Soares (Revista Presença Pedagógica – v.18 – nº107 – set/out – 2012), as avaliações externas nacionais, como o Sistema de Avaliação Básica (Saeb), Prova Brasil, Provinha Brasil, etc, são instrumentos de avaliação que só podem ser aplicados com base em um currículo, visando a verificação do que o aluno aprendeu em cada etapa de sua escolaridade.

A pressão que os resultados das avaliações em larga escala no Brasil exercem sobre as escolas está levando estas ao repensar de seu currículo, de modo a atender às novas exigências, mas é preciso que as adequações ocorram de forma criteriosa, para que os professores não venham a ensinar somente o conhecimento que é medido nas avaliações externas, que é uma pequena parcela de todo o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula, e reduz todo o processo de ensino e aprendizagem à aquisição de resultados quantitativos.

O mal-estar é geral diante da publicação dos resultados das avaliações externas das escolas, que se apresentam longe do ideal, mas esta situação pode vir a embasar um rico debate entre todos os integrantes do processo educativo, incluindo a comunidade escolar, para a busca de soluções de melhoria para a escola.

Conforme as informações do site do INEP, com a realização dessas avaliações o MEC/INEP, pretende contribuir para a universalização do acesso à escola, para a melhoria da qualidade, da equidade e da eficiência da educação brasileira, fornecendo subsídios concretos aos gestores dos sistemas de ensino para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas de educação no país.

De acordo com Vianna (2003), deve-se concentrar todo o empenho governamental na avaliação da Educação Básica, por ser fundamental para a construção do espírito de cidadania e o alicerce sobre o qual se apóiam os demais níveis educacionais.

Enfim, de acordo com José Fernandes Lima (Revista Carta Capital, 05/2012, p.14), “As avaliações devem ser organizadas a partir do que definirmos de como deve ser a escola, e não a escola se organizar a partir do que a avaliação faz.”

4.1.2. Avaliação Nacional da Educação Básica – ENEM

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), foi criado em 1990 e, desde 1995, realiza seu ciclo de avaliação a cada dois anos. O Saeb foi criado tendo por objetivo central promover uma avaliação externa e em larga escala da educação no Brasil, visando a construir dois tipos de medidas. A primeira, da aprendizagem dos estudantes e, a segunda, dos fatores de contexto correlacionados com o desempenho escolar.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

A Educação Básica é a formação comum indispensável ao cidadão, fornecendo aos alunos meios necessários para o progresso no trabalho e para o desenvolvimento escolar posterior.

A avaliação da aprendizagem deverá ser realizada de modo a enfatizar os resultados qualitativos do desempenho escolar do aluno em sala de aula.

A Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica) é conceituada como como um teste realizado por amostragem nas redes de ensino, com ênfase na gestão dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, recebe o nome só Saeb em suas divulgações.

É uma avaliação amostral que visa apresentar também resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática por estado, região e país, localização (urbana/rural),

dependência administrativa (redes municipal, estadual, federal e particular), além de outros estratos de interesse.

A partir das informações da Aneb, o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação podem definir ações voltadas para a correção dos problemas identificados, e dirigir seu apoio técnico e financeiro tanto para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das redes de ensino, quanto para a redução das desigualdades ainda existentes no sistema educacional.

Os resultados do SAEB apontam para a melhoria da qualidade e equidade da escolarização. Um dos marcos da educação para o desenvolvimento nacional e para a diminuição das desigualdades estruturais que afetam o Brasil.

4.1.3. Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)

A Anresc (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), conhecida como Prova Brasil, é uma avaliação universal que visa atingir a todas as escolas. Surgiu em 2005, sendo aplicado nas instituições de ensino de áreas urbanas com no mínimo 30 alunos, nas classes de 4^a e 8^a Séries, com questões de múltipla escolha das disciplinas de Português e Matemática.

A Anresc é a primeira iniciativa brasileira no sentido de conhecer mais profundamente os problemas e deficiências de seu sistema educacional, para orientar com maior precisão as políticas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Além de ser um dos mais amplos esforços no sentido de coletar dados sobre a qualidade da educação no país, é um dos principais sistemas de avaliação em larga escala da América Latina. A importância desta avaliação é para os pais avaliarem o nível da escola dos filhos e ajudarem a melhorar a escola, e foi criada sob a constatação de que educação não é responsabilidade apenas do professor e do aluno, mas de toda a sociedade, a demanda de meios para avaliar a qualidade da educação que está sendo oferecida.

A Prova Brasil é anual e avalia alunos de 4^a e 8^a Séries do Ensino Fundamental da Rede Pública Ensino, somente nas áreas urbanas. O teste é universal, isto é, aplicado em todos os estudantes regularmente matriculados. Ele oferece dados estatísticos para o Brasil, por Estado, por município e por escola participante. Esses resultados devem ser usados para fundamentar ações pedagógicas e administrativas voltadas para a correção de distorções e a melhoria no sistema de ensino.

O objetivo da ANRESC é oferecer aos governos estaduais e municipais uma avaliação de sua rede educacional para que, conscientes dos seus indicadores, possam planejar e efetuar políticas públicas com mais precisão, que causem impacto na reversão do quadro educacional insatisfatório que vem se desenhando no país.

Sua aplicação visa a fixação da importância de se avaliar o desempenho dos estudantes, ou seja, o que eles aprenderam de fato, dos conteúdos curriculares previstos para sua idade e série/ano, como principal mecanismo de controle da qualidade do que é ensinado em sala de aula.

O resultado da Prova Brasil é divulgado por escola e é uma importante ferramenta de análise do desempenho da Educação.

Os dois exames, Aneb e Anresc, juntamente com as taxas de aprovação, servem como base para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Sem a opção pelos testes – que é feita de forma facultativa e sem custos – Estados e Municípios não têm o Ideb calculado e, assim, não podem participar dos programas baseados nas metas previstas pelo Compromisso Todos pela Educação, do MEC, que inclui temas como alfabetização, formação de professores e gestão de recursos para Educação. Durante as provas, são aplicados, também, questionários que permitem traçar o perfil social e o capital cultural do aluno, do professor, do diretor e da escola.

4.1.4. O SAEP

A partir de 2012 o Governo Estadual implantou o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) cujo objetivo é fornecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais. Este sistema possibilita aos Diretores um quadro de como se encontra a educação básica da rede estadual de ensino e fornece aos professores informações que virão a auxiliar a sua prática pedagógica.

Este novo sistema busca a identificação das dificuldades apresentadas pelos alunos em nossa escola e nas demais, para que sejam definidas ações de intervenção e apontados caminhos para a sua melhoria. São questões de Língua Portuguesa e Matemática, com conteúdos interdisciplinares, aplicadas aos alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental e do 3º Ano do Ensino Médio.

Seu objetivo é auxiliar na melhoria da qualidade da educação oferecida aos nossos alunos da rede estadual, visando a formação de cidadãos capazes de atuar em uma sociedade moderna e complexa, preparados para participar da vida democrática e lidar com as novas tecnologias e novas formas de produzir bens, serviços e conhecimentos.

O PLANO DE AVALIAÇÃO INTERNA E SISTEMÁTICA DO CURSO

4.1.5. Avaliação dos Docentes, dos Alunos e da Comunidade

A escola realiza bimestralmente a avaliação (auto-avaliação) de todos os envolvidos no processo educativo, através de um *check-list* que é respondido pela Diretora, Direção-Auxiliar, Equipe Pedagógica, Professores e Funcionários. Este *check list* apresenta questões de múltipla escolha referentes às atribuições de cada um dos segmentos da escola, de acordo com o Regimento Escolar.

A avaliação dos Alunos e da Comunidade Escolar ocorre da mesma forma, mas é realizada por amostra, através de escolha aleatória e sem identificação.

Após a realização das avaliações os dados são tabulados e discutidos em reuniões, levando a todos ao repensar de suas ações, em busca da melhoria da qualidade do trabalho de cada um, de modo a refletir positivamente no ambiente escola.

5. DIRETRIZES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação surgiu em 1962 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5692/62. Esse plano inicialmente é uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura para melhorar quantitativamente e qualitativamente o processo de ensino e aprendizagem através de um conjunto de metas a ser alcançado em um prazo de oito anos, posteriormente passa a ser chamado Plano Complementar de Educação. Tal plano realmente foi colocado em prática no período entre 2001 a 2010.

A Constituição federal de 1988 incorpora a luta pelo direito à educação e traz avanços consideráveis dos pontos de vista jurídico, normativo e institucional para garantia dos direitos sociais. No que tange à educação, o texto aprovado exprime uma concepção ampla de educação, tratando-a como direito social inalienável e fundamental para o exercício da cidadania, assegurando o acesso ao ensino como direito público subjetivo, impondo a co-responsabilidade dos entes federados por sua implementação e garantindo a aplicação de percentuais mínimos das receitas provenientes de impostos para sua manutenção e desenvolvimento.

A LDBEN reestruturou e definiu as diretrizes e bases da educação escolar no Brasil. Delineou o papel a ser desempenhado pela União, Estados, Municípios, pelas escolas e demais instituições de ensino, conceitos fundamentais que garantem a organização dos sistemas educacionais do país. Traçou os princípios educativos,

especificou os níveis e modalidades de ensino, regulou e regulamentou a estrutura e o funcionamento do ensino nacional. De lá para cá, a Lei veio sofrendo várias alterações, visando à adequação de seus dispositivos às alterações constitucionais, à atualização de conceitos às novas visões e estratégias educacionais e ao aprimoramento de parte de suas normas.

Atualmente o Plano Nacional de Educação (2011 a 2020) como projeto de lei contempla dez diretrizes e vinte metas relacionadas ao acesso, à permanência, à qualidade, à democratização, ao financiamento e à inclusão escolar. Ele trabalha com a estrutura administrativa e política e determina estratégias e ações que devem ser desencadeadas para a melhoria da educação brasileira e deve ser visto como lei de responsabilidade social.

Considerando o atual PNE, um dos desafios da educação brasileira é buscar a superação da desigualdade e da exclusão, sendo assim, a educação deve ser considerada bem público e direito social essencial à qualidade de vida de qualquer pessoa e comunidade.

O Plano Nacional de Educação 2011-2020 é uma construção coletiva e representou um importante avanço institucional, pois além de constituir-se em instrumento estruturante e de planejamento das ações governamentais, trouxe previsão legal que determinou e exigiu monitoramento e avaliações periódicas de sua execução, pela União, pelo Legislativo e ainda pela sociedade civil. Exemplo disso é o artigo 3º da lei que aprovou o PNE que determina: “a União, em articulação com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação”. Os § 1º e 2º desse artigo estipulam, respectivamente, que: “o Poder Legislativo, por intermédio das Comissões de Educação, Cultura e Desporto, da Câmara dos Deputados e da Comissão de Educação do Senado Federal, acompanhará a execução do Plano Nacional de Educação”; e que “a primeira avaliação realizar-se-á no quarto ano de vigência desta lei, cabendo ao Congresso Nacional aprovar medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções”. E ainda no art. 4º da Lei do PNE prevê que “a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação”. Por sua vez, a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que renomeou e reestruturou o Conselho Nacional de Educação (CNE), define como uma das suas atribuições “subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação”.

A avaliação do PNE, entendida como política de Estado e, portanto, não circunscrita à esfera governamental, partiu de várias concepções e perspectivas. Resultou, portanto, de análise contextualizada, em que se articularam as dimensões técnica e política, traduzidas por políticas, programas e ações, desencadeados pelos diferentes agentes. Assim, ela envolveu questões específicas da educação e outras que a transcendem, na medida em que a proposição de políticas na área envolve a ação da sociedade política e da sociedade civil. A avaliação das políticas públicas na arena educacional apresenta, também, alto grau de complexidade, dadas sua natureza, características e dimensões em um país de porte continental como o Brasil.

Este processo alcançou seu ponto culminante na Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, a qual se estruturou a partir do tema central: “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. A conferência – espaço privilegiado de discussão, avaliação e proposição de políticas – apresentou, em seu documento final, concepções e proposições voltadas a balizar o processo de construção do novo PNE.

Dentre as conceituações às proposições para elaboração do PNE, destacam-se:

a) educação: processo e prática constituída e constituinte das relações sociais. As instituições educativas situam-se, nesse contexto, como espaços de produção e de disseminação, de modo sistemático, do saber historicamente produzido pela humanidade. Essa concepção de educação, além de ampliar espaços, sinaliza para a importância de que tal processo de formação se dê de forma contínua ao longo da vida.

Como prática social, a educação tem como *loci* privilegiados, mas não exclusivos, as instituições educativas, entendidas como espaços de garantia de direitos. Para tanto, é fundamental atentar para as demandas da sociedade, como parâmetro para o desenvolvimento das atividades educacionais. Como função social, cabe reconhecer o papel estratégico das instituições da educação básica e superior na construção de uma nova ética, centrada na vida, no mundo do trabalho, na solidariedade e numa cultura da paz, superando as práticas opressoras, de modo a incluir, efetivamente, os grupos historicamente excluídos: entre outros, negros, quilombolas, pessoas com deficiência, povos indígenas, trabalhadores do campo, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

b) direito à educação: refere-se à garantia do direito social à educação. Como direito social, de um lado, a educação pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos/as e, de outro, a universalização do acesso, a ampliação da

jornada escolar e a garantia da permanência bem sucedida para crianças, adolescentes, jovens e adultos/as, em todas as etapas e modalidades. Esse direito se realiza no contexto desafiador de superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade.

c) regime de colaboração: refere-se à forma cooperativa, colaborativa e não competitiva de gestão que se estabelece entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), visando ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, de forma geral, e na educação, de forma particular.

d) sistema nacional de educação: expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade brasileira pela educação, tendo como finalidade precípua a garantia de um padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais em todo o país. Assim, tem o papel de articulador, coordenador e regulamentador do ensino público e privado, compreendidos os sistemas de educação federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como instituições, que desenvolvam ações de natureza educacional, inclusive as instituições de pesquisa científica e tecnológica, as culturais, as de ensino militar, as que realizam experiências populares de educação, ações de formação técnico-profissional e as que oferecem cursos livres. Para tanto, além de financiar, fora da lógica funcionalista, os sistemas de ensino públicos, garante finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns, mas mantém as especificidades próprias de cada sistema.

e) Fórum Nacional de Educação: órgão colegiado, com ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação, é o responsável pelo delineamento da política nacional de educação e, principalmente, pela definição de diretrizes e prioridades dos planos nacionais de educação, bem como da execução orçamentária da área.

f) Conselho Nacional de Educação – CNE: órgão normativo e de coordenação do SNE, composto com ampla representação social, possui autonomia administrativa e financeira e, para cumprimento de suas atribuições, articula-se com os poderes Legislativo e Executivo, com a comunidade educacional e com a sociedade civil organizada.

g) gestão democrática: referente aos sistemas de ensino e das instituições educativas, constitui uma das dimensões fundamentais que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática como princípio da educação nacional, sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação e as diversas formas e mecanismos de participação encontradas pelas comunidades local e escolar na elaboração de planos de desenvolvimento educacional e projetos político-pedagógicos, ao

mesmo tempo em que objetiva contribuir para a formação de cidadãos/ãs críticos/as e compromissados/as com a transformação social.

h) qualidade da educação: numa visão ampla, é entendida como elemento partícipe das relações sociais, contribuindo, contraditoriamente, para a transformação e a manutenção dessas relações. É um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo.

i) diversidade: entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças nos contextos e relações de poder. Nesse cenário, o direito à diversidade na educação brasileira por meio do reconhecimento das diferentes expressões, histórias, ações, sujeitos e lutas no contexto histórico, político, econômico, cultural, social brasileiro marcado por profundas desigualdades.

j) ações afirmativas: são políticas e práticas públicas e privadas que visam à correção de desigualdades e injustiças históricas face a determinados grupos sociais.

As Diretrizes do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 são:

I- Erradicação do analfabetismo;

II- Universalização do atendimento escolar;

III- Superação das desigualdades educacionais;

IV- Melhoria da qualidade de ensino;

V- Formação para o trabalho;

VI- Promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

VII- Promoção humanística, científica e tecnológica do país;

VIII- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX- Valorização dos profissionais da educação;

X- Difusão dos princípios de equidade, respeito à diversidade e gestão democrática da educação.

Meta 1 – 50% das crianças com até 3 anos na escola em 2020 e Universalização do Atendimento dos 4 aos 17 anos até 2016 .

Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos

Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%.

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças até 8 anos

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas de educação básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6
Anos Finais do Ensino Fundamental					
3,9	4,4	4,7	5	5,2	5,5
Ensino Médio					
3,7	3,9	4,3	4,7	5	5,2

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional até o final da década.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio

Meta 11 – Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12 - Elevar, de forma qualificada, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

Meta 13: Elevar, de forma consistente e duradoura, a qualidade da educação superior, pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo 35% doutores.

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação strictu sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam

formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos Professores da Educação Básica em nível de pós-graduação stricto e lato sensu, em cursos de especialização, mestrado ou doutorado, e garantir a todos, formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17 - Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18 – Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do país.

A Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado – Ensino Fundamental para assegurar o aprendizado efetivo e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de ensino, reduzindo assim a repetência e aumentando a taxa de sucesso na Educação Básica, seleciona as metas para serem trabalhadas:

Meta 2 – **Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos** através da criação de mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante; fortalecimento do acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte de transferência de renda, identificando motivos da ausência e da baixa frequência, garantindo apoio à aprendizagem; promoção da busca ativa das crianças que estão fora da escola em parceria com a assistência social, o Conselho Tutelar, o Ministério público e outros órgãos competentes; incentivar a formação continuada dos professores e profissionais envolvidos com a educação;

Meta 4 - **Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino**, através da sala de recursos Multifuncional Tipo I; do acompanhamento e assessoramento efetivo aos professores, alunos e famílias; do incentivo para a participação em cursos promovidos pela SEED ou outros; da mediação realizada via Pedagogo entre professores das classes regulares com os professores da sala de recursos multifuncional.

Meta 7: **Atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:**

Ensino Fundamental - Anos Finais

2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,9	4,4	4,7	5	5,2	5,5

Utilizando estratégias, metodologias e práticas pedagógicas diversificadas, inclusive com o uso de tecnologias de informação e comunicação, garantindo a efetivação dos conhecimentos curriculares de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica do Estado do Paraná.

Meta 16: **Formar 50% dos Professores da Educação Básica em nível de pós-graduação stricto e lato sensu, em cursos de especialização, mestrado ou doutorado, e garantir a todos, formação continuada em sua área de atuação** através do incentivo para estarem buscando a especialização, visando o crescimento pessoal e profissional e garantindo uma prática pedagógica que possibilite a melhoria da qualidade da educação.

Meta 17 - **Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente,** lutando democraticamente e com responsabilidade juntamente com o sindicato, por maior valorização de todos os profissionais capacitados da educação.

5.1 METAS MEC/2011 (RESULTADOS BRASIL)

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para o **BRASIL** nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa									
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para o **Paraná** nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

8ª série / 9º ano

Estado †	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Paraná	3.3	4.0	4.1	4.1	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	05/03/12

IDEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para o município de **Uraí** nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

8ª série / 9º ano

Município	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
URAI	3.7	3.8	4.0	3.4	3.8	3.9	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.7

DEB 2005, 2007, 2009, 2011 e Projeções para a **Escola Estadual Professor Paulo Mozart Machado- Ensino Fundamental Anos Finais:**

8ª série / 9º ano

Escola †	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PAULO MOZART MACHADO E E PROF E FUND	3.8	3.7	4.1	3.4	3.8	4.0	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	05/08/12

Obs:

* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410.

*** Sem média na Prova Brasil 2011.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

A realidade apresentada pela escola com relação ao IDEB mostra que nos anos de 2005, 2007 e 2009 a escola apresentou um bom resultado em comparação com o

município, o Estado e o país. Porém, em 2011 houve uma queda nos resultados, o que preocupou muito o coletivo escolar, que procurou refletir as causas que levaram a esta queda significativa. A partir da análise e das reflexões, chegou-se a conclusão de que não é possível elencar causas e culpados para as falhas e sim, encontrar caminhos e estratégias pedagógicas para que as mesmas sejam superadas, buscando planejar e organizar propostas de ações viáveis que possibilitem melhores resultados nos próximos anos.

6. ESCALA DE PROFICIÊNCIA

Com relação aos resultados obtidos pela escola, os alunos, na escala de proficiência em Língua Portuguesa, encontram-se no nível 5, dominando, além das habilidades anteriores:

- Identificam o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação (reticências);
- Inferem a finalidade do texto;
- Distinguem um fato da opinião relativa a este fato, numa narrativa com narrador personagem;
- Distinguem o sentido metafórico do literal de uma expressão;
- Reconhecem efeitos de ironia ou humor em textos variados;
- Identificam a relação lógico-discursiva marcada por locução adverbial ou conjunção comparativa;
- Interpretam textos com apoio de material gráfico;
- Localizam a informação principal;
- Inferem o sentido de uma palavra ou expressão;
- Estabelecem relação causa/consequência entre partes e elementos do texto;
- Identificam o tema de textos narrativos, argumentativos e poéticos do conteúdo complexo;
- Identificam a tese e os argumentos que a defendem em textos argumentativos;
- Reconhecem o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.

Em Matemática, os alunos da escola também se encontram no nível 5 e dominam as seguintes habilidades, além das anteriores:

- Identificam a localização/movimentação de objeto em mapas, desenhando em malha quadriculada;

Reconhecem e utilizam as regras do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e o princípio do valor posicional;

Calculam o resultado de uma adição por meio de uma técnica operatória;

Lêem informações e dados apresentados em tabelas;

Resolvem problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas;

Resolvem problemas;

- Utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro;

- Estabelecendo trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores;

- Com números racionais expressos na forma decimal, envolvendo diferentes significados da adição e subtração;

- Reconhecem a composição e decomposição de números naturais, na forma polinomial;

- Identificam a divisão como a operação que resolve uma dada situação-problema;

- Identificam a localização de números racionais na reta numérica.

Identificados.

ESCOLA ESTADUAL PROFº PAULO MOZART MACHADO – ENSINO FUNDAMENTAL
PLANO DE AÇÃO DO CADERNO DE SUBSÍDIOS PEDAGÓGICO
ANO – 2012

1. JUSTIFICATIVA

Considerando a exigência da Secretaria de Estado da Educação – SEED, para a construção do Caderno de Subsídio Pedagógico, construído coletivamente com base no diagnóstico da realidade escolar, pensou-se na construção do Plano de Ação, com a participação de todos os comprometidos e envolvidos com a escola. Assim, o desenvolvimento do trabalho poderá ser mais efetivo, fazendo com que as atividades e ações sugeridas possam ser colocadas em prática.

A escola é parte integrante de uma sociedade e não pode trabalhar de forma isolada. É preciso que as ações propostas possibilitem um trabalho onde haja o envolvimento de todos, contribuindo para o planejamento de ações e encaminhamentos possibilitem superar alguns desafios presentes na escola, tendo em vista a realidade vivenciadas pelos alunos e que não podem ficar de fora da educação, pois influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Alguns desafios considerados relevantes e que precisam de intervenções diretas e urgentes: Indisciplina, desinteresse, evasão, abandono, baixo rendimento escolar, fracasso escolar (reprovação).

2. OBJETIVOS GERAIS

- Propiciar momentos para reflexões acerca dos temas e assuntos considerados relevantes e que influenciam diretamente o processo de ensino e aprendizagem;
- Assessorar e acompanhar o corpo docente na elaboração e implementação do Plano de Trabalho Docente, propondo metodologias, estratégias diferenciadas e avaliação que conduzam a efetivação da aprendizagem a partir de reflexões coletivas;
- Promover a reflexão acerca dos resultados alcançados pela escola;

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os resultados alcançados pela escola, visando redirecionar o trabalho pedagógico;

- Reconhecer o Conselho de Classe como um processo relevante de informações e coleta de dados significativos para o processo de ensino e aprendizagem e a proposição de ações que conduzam os alunos ao sucesso escolar;
- Identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos no cotidiano escolar, propondo soluções conjuntas para que as mesmas sejam superadas;
- Possibilitar o replanejamento das ações pedagógicas sempre que necessário, atendendo aos anseios e necessidades da comunidade escolar;
- Analisar e refletir acerca dos resultados das avaliações externas e internas, visando a proposição de intervenções pedagógicas;
- Oportunizar momentos para análise e reflexão das ações da escola, bem como de integração e envolvimento da comunidade;
- Reconhecer os desafios enfrentados pela escola pública com vistas a superá-los;
- Resgatar os valores essenciais para a convivência saudável na sociedade;

4. CRONOGRAMA DE AÇÕES

PLANO DE AÇÃO

TEMÁTICA	META	AÇÕES	ENVOLVIMENTO	CRONOGRAMA
Abandono/Evasão Escolar	<p>Minimizar os índices de evasão e abandono escolar;</p> <p>Reduzir o índice de abandono no período noturno;</p>	<p>- Visitas constantes em sala de aula para acompanhamento da frequência dos alunos para posterior contato com a família (telefone, bilhetes, visitas domiciliares, etc) para ciência das faltas dos alunos e proposição de soluções para os problemas;</p> <p>- Ficha de frequência mensal para preenchimento diário da frequência pelos representantes de turma e acompanhamento da Equipe Pedagógica, possibilitando contato com os alunos e as famílias e proposição de ações para a solução dos problemas, acompanhando o movimento na escola e assegurando as condições de ensino e aprendizagem;</p> <p>- Mobilização da comunidade escolar através de cartazes e</p>	SEED, NRE, Direção, Equipe Pedagógica, professores, alunos, pais, funcionários, Conselho Tutelar, Promotoria Pública e comunidade em geral.	<p>- Durante todo o ano letivo, diariamente;</p> <p>-Diariamente, durante todo o ano letivo;</p> <p>- No início do primeiro e segundo</p>

	<p>Adotar metodologias e estratégias diferenciadas</p>	<p>avisos, demonstrando a preocupação com o problema e buscando auxílio para fazer com que todos frequentem a escola diariamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho em parceria com a assistência social do município para a resolução do problema, assegurando a frequência do aluno à escola; - Implantação de projetos de formação pedagógica que auxiliem os professores em atividades e estratégias que estimulem a frequência dos alunos na escola; - Busca de auxílio junto ao Conselho Tutelar para garantir com as famílias os direitos das crianças e adolescentes, entre eles, o de estudar; - Acolhimento e merenda especial, principalmente para os alunos do período noturno, que geralmente vem do trabalho direto para a escola; - Conscientização dos pais ou responsáveis quanto a importância dos estudos e as penalidades previstas em Lei para o impedimento do direito de estudar e o abandono intelectual; - Investimento no papel central da Equipe Pedagógica, como articuladora das relações e da construção/concretização da proposta pedagógica da escola. - Projeto de Xadrez em contraturno; - Projetos de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno 	<p>semestre e em outras ocasiões que se fizer necessário;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sempre que se fizer necessário, durante todo o ano letivo; - Em todos os bimestres letivos (data a ser definida); - Sempre que se fizer necessário; - Diariamente; - Primeira reunião do ano letivo – Fevereiro (data a ser definida); - Durante todo o ano letivo; - Duas vezes na semana (dias a serem definidos); <p><u>-Periódicos:</u> duas vezes na semana, com 2 aulas diárias (data a ser definida);</p>
--	--	--	---

		<p>Periódicos e Permanentes;</p> <p>- Implementar novos projetos que envolvam pais e alunos, para conhecer melhor a realidade dos alunos;</p>		<p><u>Permanentes:</u> diariamente, com 4 aulas, sendo 2 aulas para cada disciplina;</p> <p>- Durante o ano letivo;</p>
<p>Fracasso/Reprovação Escolar</p>	<p>Minimizar os altos índices de reprovação escolar, principalmente nas disciplinas mais críticas;</p> <p>Elevar os índices de aprovação em todas as séries, principalmente das disciplinas com menor índice;</p> <p>Ampliar a participação da família no processo educacional de seus filhos;</p> <p>Adotar estratégias de ensino diferenciadas, inovadoras e criativas;</p> <p>Destinar adequadamente os recursos recebidos, tendo como foco a aprendizagem;</p>	<p>- Reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola;</p> <p>- Formação Continuada para os professores, visando melhorar a prática pedagógica;</p> <p>-Incentivar a participação da família no acompanhamento do processo escolar de seus filhos;</p> <p>-Sala de Apoio à Aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, buscando trabalhar as defasagens apresentadas pelos alunos;</p> <p>- Projeto de Xadrez em contraturno;</p>	<p>SEED, NRE, Direção, Equipe Pedagógica professores, alunos, pais, familiares, funcionários, prefeitura municipal, escolas do município e região.</p>	<p>- No início do ano letivo, na Semana Pedagógica, no início do segundo semestre e sempre que se fizer necessário;</p> <p>-Semana Pedagógica no início do 1º e 2º semestre, reuniões pedagógicas (de acordo com calendário letivo) grupos de estudo, cursos de formação (a serem agendados);</p> <p>-Durante todo o ano letivo;</p> <p>-Em todos os bimestres letivos, de acordo com as necessidades dos alunos e com o diagnóstico dos professores;</p> <p>- Duas vezes por semana, em contraturno</p>

		<p>- Projetos Complementares Curriculares em Contraturno;</p> <p>- Atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem em horário contraturno, utilizando-se da hora atividade, principalmente buscando minimizar defasagens das áreas mais críticas para os alunos dos 7º e 8º anos que não possuem atendimento em Sala de Apoio.</p> <p>-Elaborar programa de capacitação para os professores, especialmente para os professores das disciplinas mais críticas (reunião pedagógica, grupos de estudos...)</p>		<p>(dias a serem definidos)</p> <p>--<u>Periódicos</u>: duas vezes na semana, com 2 aulas diárias (data a ser definida);</p> <p><u>Permanentes</u>: diariamente, com 4 aulas, sendo 2 aulas para cada disciplina;</p> <p>- Durante o ano letivo, de acordo com as necessidades e as dificuldades apresentadas pelos alunos;</p> <p>-No decorrer do ano letivo;</p>
Desinteresse Pelos Estudos/Baixo Rendimento Escolar	<p>Melhorar o rendimento escolar;</p> <p>Aumentar o interesse pelos estudos, especialmente nas disciplinas com menor aproveitamento;</p> <p>Adotar estratégias de ensino diferenciadas,</p>	<p>- Envolvimento da família em eventos e atividades promovidos pela escola;</p> <p>- Palestras com os pais, conscientizando sobre: A importância do papel da família no processo de aprendizagem;</p> <p>- Palestras com os alunos, pais e professores de motivação e incentivo aos estudos, por pessoas da comunidade e região;</p> <p>- Contato constante com as famílias dos alunos que</p>	SEED, NRE, Direção, Equipe Pedagógica professores, alunos, pais, familiares, funcionários, prefeitura municipal, escolas do município e região, comunidade.	<p>- Durante todo o ano letivo;</p> <p>- No início de cada bimestre letivo;</p> <p>-</p> <p>- Ao término de cada bimestre letivo;</p>

	<p>inovadoras e criativas;</p> <p>Realizar um plano de ação que possibilite maior envolvimento e participação de toda a comunidade no processo educacional;</p>	<p>estão apresentando desinteresse e baixo rendimento nos estudos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões bimestrais ou sempre que se fizer necessário para ciência e reflexão acerca dos resultados de aprendizagem alcançados pelos filhos, buscando a proposição de ações que possibilitem a melhoria; - Realização de apoio pedagógico por parte dos professores em contra turno, utilizando-se de parte da hora atividade para atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem; - Promoção de eventos artísticos, culturais e esportivos, envolvendo a integração escola, família e comunidade; <p>-Adequar as metodologias às necessidades dos alunos;</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Ao final de todos os bimestres; - No decorrer do ano letivo; -Abril – aniversário da escola; - Abril -Festa de talentos; -julho – festa julina; -jogos escolares (data a ser definida); - Outubro - Semana de Integração Escola/Comunidade; - Diariamente (na elaboração e execução de todas as aulas;
Indisciplina/Valores	<p>Melhorar a participação dos pais no processo de ensino e aprendizagem dos seus filhos;</p> <p>Desenvolver</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização aos pais, na efetivação da matrícula, do Regimento Escolar e do Manual do Aluno, para ciência; - Leitura Explicativa do Manual do aluno no início do ano letivo para todas as turmas, ressaltando os 	<ul style="list-style-type: none"> - Direção, Equipe Pedagógica professores, alunos, pais, funcionários, Conselho Tutelar, Promotoria Pública, comunidade em geral, profissionais da comunidade e 	<ul style="list-style-type: none"> - Especialmente no início do ano letivo e sempre que se fizer necessário; - Início do ano letivo;

	<p>um plano de ação que possibilite a participação e o envolvimento dos pais e de toda a comunidade no processo de ensino e aprendizagem;</p> <p>Desenvolver um plano de ação de enfrentamento à indisciplina, à violência, a discriminação, ao bullying...</p> <p>Minimizar os problemas de indisciplina na escola;</p> <p>Resgatar valores essenciais para o convívio social;</p>	<p>direitos e deveres dos alunos, as consequências dos atos negativos, a importância do respeito e da tolerância no ambiente escolar, da responsabilidade e do comprometimento com os estudos, entre outros;</p> <p>- Resgate da consciência dos valores essenciais para a vida social e a importância de uma relação saudável e respeitosa entre alunos, professores e funcionários;</p> <p>- Orientação e registro das atitudes e comportamentos inadequados no ambiente escolar e intervenções junto aos alunos e familiares;</p> <p>-Palestras aos pais e/ou responsáveis, abordando questões como limites, permissividade, respeito às regras e às pessoas etc.</p> <p>- atendimentos individuais e/ou coletivos com os alunos ou responsáveis, sempre que necessário;</p> <p>- Encaminhamento de casos que fogem do âmbito escolar como infrações, desvios comportamentais, problemas de saúde, problemas psicológicos, dificuldades de aprendizagem ou outras especialidades, para os órgãos competentes;</p> <p>- Planejamento eficaz e consciente das aulas, adotando metodologias e atividades estimulantes e interativas;</p> <p>- Estabelecimento de um clima de diálogo entre os alunos e professores, visando minimizar os</p>	<p>da região;</p>	<p>- Durante todo o ano letivo, de acordo com as necessidades e de acordo com a abordagem dos conteúdos;</p> <p>- No decorrer do ano letivo;</p> <p>-1º Bimestre letivo (data a ser definida)</p> <p>- Durante o ano letivo ou quando se fizer necessário;</p> <p>-Sempre que se fizer necessário;</p> <p>-No início de cada semestre, quando da elaboração do PTD e durante todo o ano letivo;</p> <p>-Durante o ano letivo;</p>
--	---	--	-------------------	---

rendimento escolar dos alunos, o que reflete diretamente nos índices e resultados alcançados pela escola.

O coletivo escolar tem consciência de que a melhoria da qualidade na educação depende do comprometimento e envolvimento de todos, entendendo que a educação é fundamental para que as crianças, adolescentes e jovens possam tornar-se cidadãos conscientes e atuantes, desfrutando de uma vida digna na sociedade.

Não temos como intenção apontar culpados para os problemas enfrentados, mas propor soluções viáveis para os mesmos, visando resultados mais satisfatórios.

Tem sido preocupação constante da escola a falta de expectativas de melhores resultados por parte dos alunos que estão demonstrando grande desinteresse pelos estudos.

Para reverter este quadro, faz-se urgente a conscientização de nossos alunos para que estes atuem como agentes de transformação da sociedade da qual fazemos parte, de modo a buscarmos um futuro mais humano e digno para todos.

7.REFERÊNCIAS

Educação ambiental/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. - Curitiba: SEED-Pr., 2008. 120p. (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1).

Educando para as Relações Étnico-Raciais II/Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. - Curitiba: SEED-Pr., 2008. 208p. (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, 5).

Enfrentamento à Violência; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. - Curitiba: SEED-Pr., 2008. 93p. (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, 4).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Caderno de Subsídios para acompanhamento Pedagógico. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica. Curitiba, 2008.

Prevenção ao uso indevido de drogas; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. - Curitiba: SEED-Pr., 2008. 152p. (Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, 3).